



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 29648/2023

**INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
DE SÃO BENTO DO SUL – FIA.**

Trata-se do processo de Chamamento Público n. 16/2023 realizado pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de São Bento do Sul – FIA, o qual tem como objeto a seleção pública de OSCs para a execução de projetos de cunho social, complementares ou inovadores, voltados a políticas públicas da criança e do adolescente.

O processo seguiu seus trâmites regulares, tendo sido selecionadas as entidades beneficiadas, conforme documentação anexa ao processo em epígrafe.

A Lei nº 13.019/2014 estabeleceu normas gerais para disciplinar as relações de cooperação das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as entidades qualificadas de organizações da sociedade civil.

Por parcerias voluntárias a referida Lei, considera qualquer modalidade de acordo, que envolva ou não transferência voluntárias de recursos financeiros, entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil para ações de interesse recíproco em regime de mútua cooperação.

As parcerias voluntárias são instrumentos de fomento social. A atividade administrativa de fomento é uma atividade indireta que visa estimular a ação dos agentes privados considerada de relevante interesse ou utilidade pública.

O objeto do Termo de Fomento que se pretende celebrar é a aplicação do projeto *Harmonia em Ação*.

É possível depreender-se dos autos que o objeto que se pretende celebrar é lícito e juridicamente possível, além de buscar a conjugação de esforços dos partícipes (celebrantes) para sua execução, e ainda, é consonântico com as atividades institucionais da OSC celebrante.

Sobre os termos formais, ressalta-se, por oportuno, que a análise técnica constante no plano de trabalho não compete a esta Assessoria, já tendo sido avaliado pelo órgão competente em momento oportuno.

A vigência do Termo de Fomento e a consecução do Plano de Trabalho somente iniciarão após devidamente formalizado e publicado os atos legais.

Importante frisar que é vedado utilizar os recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria e pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.



Por outro lado, o art. 46 da Lei nº 13.019/2014 permite que sejam pagas as despesas elencadas nos incisos I ao IV: (i) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas; (ii) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija; (iii) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria; (iv) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

E, por fim, a prestação de contas da parceria deverá obedecer as regras do art. 63 e seguintes da Lei nº 13.019/2014 e Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Frente a todo o exposto, da documentação carreada, vislumbra-se que o procedimento ocorreu de forma regular, tendo sido emitido parecer jurídico quanto ao edital e seus termos.

O documento a ser formalizado observa as cláusulas e termos do Chamamento, de modo que, analisando os requisitos formais, não existem óbices para o prosseguimento do processo.

Diante do exposto, S.M.J., e, de acordo com os subsídios fornecidos, opino PELO PROSSEGUIMENTO do processo, remetendo o PLE para análise e deliberação do Poder Legislativo.

São Bento do Sul/SC, 07 de novembro de 2023.


MAIANE F. DE MIRANDA
OAB/SC 48.627